

LEI N° 2.875/2025

CERTIFICO QUE FIZ PUBLICAR NO MURAL

EM 27 108 120 25

Gabinete de Prafeite

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL +PEIXES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO CESAR SPADETTI CHEFE DE GABINETE DECRETO Nº 11.066/2025

O Prefeito Municipal de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, no uso de suas legais atribuições que lhe são conferidas em Lei faz saber que a Câmara Municipal de Muniz Freire/ES aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica criado o Programa Municipal +PEIXES, com o objetivo de fomentar a piscicultura no município de Muniz Freire, por meio do incentivo à produção, industrialização e comercialização de pescado.

Art. 2°. São objetivos do Programa Municipal +PEIXES:

I. elevar a produção de pescado em território muniz-freirense e fomentar a produção de espécies nativas e exóticas;

II. estimular a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores de pescado por meio da agregação de valor ao produto e modelos de produção ambientalmente adequados;

III. desenvolver tecnologicamente a cadeia produtiva do pescado regional;

IV. estimular o aproveitamento da diversidade cultural e climática das regiões produtoras no município para produção de pescado de qualidade superior;

V. adequar a ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais, considerando as dimensões do território muniz-freirense;

f my



VI. promover a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado para alcançar os objetivos propostos;

VII. valorizar e promover os cafés de Muniz Freire e o acesso a mercados, visando agregar valor à produção e estimular a economia agrícola local.

Art. 3°. São instrumentos do Programa:

I. a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em piscicultura;

II. a assistência técnica e a extensão rural para piscicultores;

III. a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada para as técnicas recomendadas no processo produtivo do pescado;

IV. o associativismo, o cooperativismo e os arranjos produtivos locais;

V. as certificações de origem, social e de qualidade dos produtos;

VI. a realização de encontros e visitas técnicas;

VII. a promoção e realização de eventos de divulgação e comercialização do pescado local, com apoio de instituições públicas do setor e da iniciativa privada;

VIII. os fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados;

IX. a participação em feiras do segmento visando divulgar o pescado local para o mercado consumidor e atrair negócios para a cadeia produtiva;

X. a execução de serviços transitórios para o beneficiamento do pescado pela municipalidade, priorizando pequenos produtores e cooperativas que participarem do Programa, e oferecer capacitação aos produtores;

l and



- XI. o desenvolvimento, ampliação e estímulo a criação de um "Centro de Processamento de Pescado Municipal", com infraestrutura para beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado produzido no Município.
- **Art. 4º**. Na formulação e execução do Programa, os órgãos competentes deverão:
- I. estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas;
- II. levar em consideração as demandas e sugestões do setor da piscicultura das comunidades rurais produtoras do pescado;
- III. apoiar o comércio interno e externo do pescado;
- IV. estimular projetos direcionados ao atendimento das demandas do mercado;
- V. fomentar tecnologias de produção e industrialização que visem à elevação da qualidade do produto;
- VI. promover o uso de boas práticas de manejo aquícola;
- VII. adotar ações sanitárias e fitossanitárias visando elevar a qualidade da produção de pescado;
- VIII. incentivar e apoiar as organizações de produtores de pescado;
- IX. promover a execução de serviços com máquinas e equipamentos para auxílio do beneficiamento do pescado, priorizando pequenas propriedades e cooperativas, que participarem do Programa, e oferecer capacitação aos produtores para o uso adequado dos equipamentos.
- **Art. 5°**. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

J. Mark



Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muniz Freire/ES, 27 de agosto de 2025.

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL